

INTEGRAÇÃO

Terminal Hailé Pinheiro é inaugurado em Goiânia



Novo terminal de passageiros é o último do BRT Norte-Sul e já entrou em operação na capital.

Página 8



ANO 34 - Nº 1.759 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 17 A 23 DE SETEMBRO DE 2023
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

ESCOLA

Investimento por aluno no Brasil é o terceiro pior entre 42 países



O país investe o equivalente a US\$ 2.981 por aluno, bem abaixo da média da OCDE, que é de US\$ 10.510.

Página 11

SINDICALISMO

STF muda decisão de 2017 e volta com a contribuição assistencial

A contribuição só pode ser cobrada se prevista em acordo ou convenção e desde que seja dado aos trabalhadores o direito de se opor ao pagamento.

Página 6

ELEIÇÕES 2024

Câmara aprova texto-base da minirreforma eleitoral

Divulgação



Texto altera regras de prestação de contas, candidaturas femininas, federações partidárias e propaganda eleitoral. Dos goianos, dois votaram contra.

Página 7

TRIBUNA JURÍDICA

Escola Judicial

Alice Teles de Oliveira tomou posse como vice-presidente da Escola Judicial do TJ-GO (Ejug) em substituição ao desembargador Edison Miguel da Silva Júnior.

Página 6

PROTESTO

Queda na arrecadação mobiliza prefeitos

Divulgação



Mais de 200 prefeitos participaram do Dia Estadual de Protestos pela Autonomia Financeira dos Municípios.

Página 9

VASSIL OLIVEIRA

Fígado é o novo coração eleitoral

Políticos que abusam do que entendem como liberdade podem destruir a imagem.

Página 3

ENTREVISTA

VANDERLAN CARDOSO

Senador e presidente do PSD-GO



Chance de Vanderlan disputar a eleição em Goiânia é muito grande

O senador deve se licenciar após a votação da Reforma Tributária e se dedicar ao partido, do qual se tornou presidente, e só em 2024 decidir sobre a candidatura a prefeito da capital.

Páginas 4 e 5

Divulgação

EDITORIAL

O fim da Ficha Limpa

A minirreforma eleitoral, aprovada às pressas pela Câmara dos Deputados em votação-relâmpago na semana passada, fez profundas alterações na Lei da Ficha Limpa, uma lei de iniciativa popular, fruto da insatisfação da sociedade com a corrupção na política. Ela nasceu a partir da mobilização de juristas e de várias entidades, como a CNBB.

A Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010) trata das inelegibilidades que impedem o cidadão de se candidatar ou, caso eleito, de assumir o cargo, se comprovada a inelegibilidade.

A minirreforma aprovada pelos deputados federais, além de alterar o critério de cálculo para a inelegibilidade (que passará a ser contada a partir da condenação e não mais do cumprimento da pena), inclui a exigência de comprovação de dolo específico, ou seja, a intenção deliberada de provocar prejuízo para tornar inelegíveis os agentes públicos condenados em ações administrativas.

É praticamente o mesmo que o Congresso Nacional fez com a Lei da Improbidade Administrativa, na legislação passada, quando a composição era outra, mas tinha a maior parte dos parlamentares da formação atual. Na avaliação de juristas, deputados e senadores acabaram com a Lei de Improbidade ao exigir a comprovação da intenção de provocar prejuízo ao erário para caracterizar a conduta punível.

Idealizador da Lei da Ficha Limpa, o ex-juiz Márlon Reis pede que a sociedade se mobilize para cobrar do Senado uma postura em relação a esses retrocessos feitos na Câmara. Mas para isso, é preciso correr. Para valer para as eleições municipais de 2024, ela tem de ser aprovada, sancionada e publicada até 6 de outubro deste ano.

ARTIGO

Saúde mental: como a escrita pode ser aliada no tratamento do Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC)?

Sou um "tocado", portador de TOC, Transtorno Obsessivo Compulsivo, desde criança. Somente em 2016 tive o diagnóstico e tenho 61 anos. Portanto, há sete anos somente eu sei que tenho o transtorno. Por quê? O TOC em muitos dos casos é muito difícil de ser diagnosticado, pois é confundido com várias outras situações psiquiátricas, existem vários subtipos de TOC e, ainda, não raro é associado a outras doenças mentais. Foram mais de 35 anos de sintomas e sofrimentos sem ao menos eu saber o que tinha. 3% da população do Brasil têm TOC e muitos também nem o sabem.

O TOC clássico, mais conhecido, é o "externo", de comportamento, como a necessidade de lavar as mãos, tomar banhos intermináveis, falar as palavras certas, alinhar objetos etc. TOC é sinônimo de "arrumação", de "perfeccionismo" em relação a objetos. Há até filmes que trazem o lado cômico do tema (há algum?). Mas não é assim: há ainda muito preconceito com relação ao TOC. O transtorno se manifesta em mim em forma de pensamento, é de raiz pensamental. Isso porque no meu caso, são pensamentos invasivos, repetitivos, indesejados, totalmente ligados à doenças, ao próprio TOC e

com eternas dúvidas sobre os efeitos das medicações e interações com o meio ambiente. Medo e dúvida invadem a cabeça do "tocado" de forma avassaladora. Isso gera muita dor.

Sempre escrevi pela vida, mas o fato de o escritor ter de se concentrar no objeto, na ação, que por sua vez "desvia" a mente do inquilino tocado, a escrita é uma boa aliada na rotina de uma pessoa com o transtorno. O TOC está em todo o meu livro, o "Casa Voadora — livro de sobrevivência de um autor com TOC". Foram 500 dias de escrita com 499 dias de TOC praticamente. Para mim, a escrita é uma forma de arte, de viver,

mas também uma forma de terapia. Meu livro é um manifesto sobre arte, educação e saúde.

Toda forma de arte traz benefícios à saúde. Se o corpo está em estado de arte, melhor ainda. Dançamos, amamos, caminhamos. Movimentos em geral podem levar o corpo a entrar em estado de arte. E a arte cura. Isso eu tenho convicção. Durante uma crise (elas vêm em ondas), a melhor coisa a fazer é fazer algo lúdico, focando a atenção em outras coisas, menos em você.

Se você tem a sorte de desconfiar que tem TOC, fato bastante difícil de se fazer sozinho, é procurar bons médicos

para evitar quaisquer problemas futuros.

Outra novidade interessante, mas que chega anos atrasada, envolve a permissão para publicação de valores de consultas meios e formas de pagamento. Esse é um direito do consumidor e não poderia ser tratado como uma questão ética apenas.

Os médicos terão 180 dias para se adaptar às novas regras. Ou seja, elas passarão a vigorar em 2024.



*Sandra Franco é consultora jurídica especializada em Direito Médico e da Saúde, doutoranda em Saúde Pública, MBA-FGV em Gestão de Serviços em Saúde, diretora jurídica da Abcis, consultora jurídica da ABORLCCF, especialista em Telemedicina e Proteção de Dados, fundadora e ex-presidente da Comissão de Direito Médico e da Saúde da OAB de São José dos Campos (SP) entre 2013 e 2018.



*Luiz Otavio de Santi, paulistano, é graduado em Comunicação Social, Cinema, especialista em Língua Portuguesa, mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP e doutor em Psicologia Social pela USP

ARTIGO

A modernização da publicidade médica no Brasil

O Conselho Federal de Medicina (CFM) anunciou uma nova resolução com a flexibilização e modernização das regras para publicidade e propaganda feita pelos médicos nas redes sociais. Agora, os profissionais poderão postar selfies e também fotos de "antes e depois" de tratamentos, "desde que não tenham características de sensacionalismo ou concorrência desleal".

Entretanto, essa nova era, que acompanha a revolução tecnológica, não significa que tudo está liberado. Essa nova permissão vem acompanhada da responsabilização pelo profissional, em todas as esferas. O médico poderá, por exemplo, usar imagens dos seus pacientes, com o seu expresso consentimento, mas não poderá identificá-lo. Além disso, as imagens não poderão ser manipuladas ou aprimoradas e devem ser divulgadas sempre com o acompanhamento de um texto educativo e explicativo sobre determinado tratamento ou intervenção. Esse texto deve explicar também possíveis fatores que possam influenciar negativamente os resultados. Ou seja, as fotos de "antes e depois" poderão ser feitas, mas precisam de uma explicação sobre as perspecti-

vas de tratamento para diferentes biotipos e faixas etárias, abrangendo a evolução imediata, a médio prazo e a longo prazo. E, sugere o CFM, que o médico também poste resultados não desejados, ainda que seja de banco de imagem.

Postar "antes e depois" traz para o médico o compromisso de entregar um resultado. Portanto, necessário esclarecer ao paciente que nem todos terão o mesmo resultado para o mesmo procedimento. Ademais, o médico precisará ser especialista para realizar esses posts, visto que continua a proibição de o médico anunciar que trata de órgãos ou doenças específicas, sem que tenha RQE. Como o médico sem o registro de qualificação de especialista poderá postar uma rinoplastia sem que seja cirurgião plástico ou otorrino? Em tese, não poderá.

A flexibilização da norma, que antes era muito restritiva, é positiva, mas requer cuidados. Cabe ressaltar que o médico poderá ser responsabilizado por propaganda enganosa, que indique resultados diferentes dos expostos em suas redes sociais, por exemplo. Por isso, é necessária que o profissional explore essa nova resolução de maneira responsável



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: Rua Antônio de Moraes Neto, 330, Setor Castelo Branco, Goiânia - Goiás - CEP: 74.403-070 - Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagn@yahoo.com.br

Dhayane Marques
dhayanemarques@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62.99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto

Muito barulho para menos que nada: a falta que o bom senso faz na política

Vassil Oliveira
vassiloliveira@gmail.com



Alguns políticos estão se especializando em falar, mais do que as pessoas querem ouvir, o que faz com que elas reajam com o fígado. O fígado é o novo coração eleitoral. Vão às redes sociais e xingam os professores, por exemplo. Ou compararam Deus com um caudilho. Causando, provocando, saçaricando sobre os escombros do outro, elas viram notícia e se refestelam na baba da inteligência popular artificial dos que veem genialidade onde há boçalidade humana e bananada política.

Dizer bobagem com espaço garantido no Instagram e impulsionamento ilimitado é a nova onda dos que se pretendem conectados com os novos tempos, a nova política e o novo palanque. Nada de improviso; há método nessa loucura. Antes, dizia-se de juízes, promotores e jornalistas que não podiam ver geladeira aberta que já começavam a discursar e sapatear. Agora, a prequela é esta: basta alguém levantar um celular para que um político feche o cérebro e abra a boca.

Exagero? Então, tá. A vida corre exagerada e mal organizada, isso sim. Deu a louca nos loucos. Há exemplos muito bons de políticos que conseguem achar a forma, ajustar o conteúdo e mostrar sua identidade nas redes sociais. Porém, há exemplos também dos que beiram o ridículo. Eis o ponto: o limite entre o criativo bem feito e o ridículo feito com propriedade é tênue, muitas vezes fica a uma frase de efeito deslocada. O resultado, na prática e na conta: em vez de criar, quem se atreve acaba por destruir seu maior patrimônio

Dor

Quando a dor passa, não é alívio, é superação. Fica o livro, fica o filme no coração. Fica o nó, fica o desconforto, mas também a sublimação. Nunca é fim, porque sentimento não tem tempo para começar, se eterniza na pele feito nova camada, novo fio de lágrima que protege de tudo, menos do suspiro que emite o corpo redivivo.

Em certo momento, meu corpo foi cana na moenda, e o caldo era belo. Eu descia por seu pescoço com certa avidez, sem, no entanto, macular seu gosto. Eu percorria seu corpo sem compromisso com a minha recorrente ansiedade por amor.



político, a imagem.

Nem tudo que funciona para Bolsonaro ou Lula funciona para um bolsonarista ou lulista. Óbvio? Óbvio, mas soar óbvio e fora de órbita não quer dizer entrar na cabeça dos incautos. O idiota continua a idiotar-se. E assim por diante, que é ir para trás. Em Goiás, tem um ou dois ou mais ou menos que são capazes de andar com bosta na botina e óculos do Deadpool mas não sabem somar os pixels de suas deliberações e bandeiras. Defendem a liberdade dos pássaros dentro da gaiola e não têm dúvida de que são rês de lote.

Eu ia por aí onde havia você e o seu desejo, o meu desejo de você. E o amor era vasto.

Veio a chuva com seu fogão a lenha e, de cócoras, juramos sorrisos e mais sorrisos ao som de Deus crepitando. A vida estava imensa, inenarrável e os abraços atiçavam as labaredas, os abraços percorriam a luz dos seus olhos. Cada segundo fazia sentido, nada estava fora do lugar.

Foi o mundo. Fui eu. Foram os sonhos quebrados nas margens. Assim que a notícia chegou, informando de morte os ouvidos sensíveis ao vento, assim que soubemos que os dias se sobrepunham às noites, e que os cor-

Armar palanque não é difícil. Abrir espaço de fala está daqui prali. Pululam profissionais especializados no mercado. Inclusive, os que sabem ligar megafones para quem não tem nada a dizer. Resta o básico a quem quer futuro longo na política: preparar-se para o seu ofício; levar a política a sério, tanto no sentido de exercer a missão quanto no de permanecer em ação. Saber o que está fazendo é básico e estratégico. Dar bobeira só para causar não é lacrar nem lucrar, é encalacrar-se na própria mediocridade. A luz que revela o gênio é a mesma que escancara o pusilanidade. Ou mais.

pos horizontais não sobreviveriam se não fossem aprumados pelos fatos de cada um, assim que o vulcão avisou, fomos acordados sem defesa. E veio a convulsão, a dor, a laceração.

A dor não ensina nada que já não saibamos por antecipação do intenso amor. No ápice dos pulmões, nas grimpas de um fígado amargado, como uma manga inevitável, está calmamente nos aguardando a queda. A dor não nos espera no chão. A dor está na expectativa. No chão está a salvação onde, antes da subida, o fim fazia festa. A festa da saborosa e sempre fresca ilusão.

ELEIÇÃO 2024

Eleitor mais conservador favorece Cruz

Andréia Bahia

Falta pouco mais de um ano para as próximas eleições, que podem se dar sob novas regras, caso a minirreforma eleitoral aprovada na Câmara dos Deputados seja sancionada até 6 de outubro. Contudo, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, não se comprometeu com a votação da matéria dentro do prazo necessário. "Se não for possível para 2024, paciência", afirmou.

Mas caso seja sancionada até a data limite, a Justiça Eleitoral ainda terá que editar as resoluções e instruções necessárias para execução das eleições, o que deve se dar até o dia 5 de março. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ainda não publicou o calendário eleitoral oficial.

Em Goiânia, há uma única candidatura certa, a do prefeito Rogério Cruz, que tenta a reeleição. A avaliação de sua administração não é favorável, mas as estatísticas sobre a reeleição de prefeitos apontam que o eleitor tende mais ao conservadorismo nas eleições municipais que à renovação. Nos últimos pleitos, exceto pela eleição de 2016, quando a taxa de reeleição foi de 47%, os percentuais de reeleição ultrapassaram os 50%: em 2000 e 2004, o índice de reeleição foi de 58%; em 2008 foi de 67%; 2012, 55%; e em 2020, 63% dos prefeitos foram reeleitos.

Mas enquanto as estatísticas pouco influenciam a decisão de Cruz, que certamente não deixará de disputar a eleição, os números de pesquisas e levantamentos devem orientar as decisões de outros possíveis candidatos; é o caso do senador Vanderlan Cardoso (PSD) e da deputada federal Adriana Accorsi (PT), que além de um recall eleitoral positivo, têm baixa rejeição entre os eleitores. O que coloca à prova a influência da polarização nacional na eleição municipal, haja vista que o senador é considerado bolsonarista e Adriana é petista.

O ex-prefeito Gustavo Mendanha, que lidera as pesquisas de intenção de votos na capital e deve se filiar ao MDB, acabou frustrado com a possibilidade de uma minirreforma eleitoral vir a permitir sua candidatura. A emenda do deputado Rafael Brito (MDB-AL), que abria uma exceção na proibição ao prefeito itinerante, beneficiando Mendanha, ficou fora do projeto aprovado na Câmara. Resta a ele a consulta ao Tribunal Superior Eleitoral.

O Supremo Tribunal Federal, no entanto, não deve mudar seu posicionamento a respeito da proibição da figura do prefeito profissional ou prefeito itinerante, segundo o advogado Luciano Hanna, especialista em Direito Eleitoral, ex-juiz membro do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO) por quatro mandatos.

Os demais nomes lembrados ou que pleiteiam disputar a Prefeitura de Goiânia ainda correm por fora.

ENTREVISTA

“A chance de eu disputar a eleição em Goiânia é muito grande”

Se decidir concorrer à eleição para prefeito em 2024, será a terceira vez que o senador Vanderlan Cardoso irá disputar a cadeira. O que o estimula, mais que os 25% nas pesquisas de intenção de votos, é a pequena rejeição que tem entre os goianenses, mesmo depois de ser alvo de ataques da extrema direita por ter apoiado a recondução do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Grande cabo eleitoral em Senador Canedo, ele pode vir a apoiar a reeleição do prefeito Fernando Pellozo, que trocou o PSD pelo União Brasil, mas fala em “circunstâncias” para fazê-lo. No momento, o senador, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos no Senado, está com a atenção voltada para o debate sobre a Reforma Tributária e, segundo ele, não há consenso sobre a Taxa do Agro.

TRIBUNA DO PLANALTO

O senhor vai se licenciar do Senado e por qual motivo?

VANDERLAN CARDOSO

É uma decisão que tinha tomado ainda em 2020 e acabei não tendo condições de tirar essa licença devido ao refinanciamento das dívidas do estado, que o governador (Ronaldo Caiado) pediu que eu estivesse à frente. Atrasou um pouco e agora, que assumi a presidência do partido, temos muitas reuniões para fazer, posse de comissões pelo estado, dedicar um pouco ao partido, tem assuntos pessoais e particular aos quais temos que dedicar um pouco, principalmente com relação às empresas, e a um tratamento de saúde que eu tenho que me dedicar, coisa simples, mas tem que dedicar pelo menos de 60 a 90 dias. Vamos ter que conciliar uma licença de quatro meses para que o ex-deputado e hoje suplente senador Pedro Chaves assuma. Uma pessoa experiente, tem nos ajudado muito aqui no Senado Federal, e Goiás não vai perder nada. Aliás, só tem a ganhar com Pedro Chaves como senador.

O senhor vai aguardar a votação da Reforma Tributária para sair de licença?

Eu pretendo aguardar a votação porque estou à frente desse

grupo de trabalho junto com o senador Efraim Filho e a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) vem fazendo essas audiências públicas. Creio que, se obedecer o calendário do relator, senador Eduardo Braga, no começo de outubro devemos votar. Se atrasar, talvez uma ou duas semanas e ficarei mais livre para tirar essa licença.

Sobre a Reforma Tributária, o senhor já afirmou que o projeto vai sofrer alterações no Senado. Quais seriam essas alterações?

São muitos os pontos polêmicos da reforma, mas eu vou me ater aqui a dois ou três. O Conselho Federativo que vai administrar a arrecadação é um dos pontos mais polêmicos, principalmente para os governadores e prefeitos, que não estão entendendo, e a meu modo de ver também precisa ser feita a alteração nesse conselho porque está confuso e vai aumentar muito a burocracia. O conselho deve ser um que vai sofrer alteração, o próprio relator já disse. Há também muitas dúvidas com relação aos estados em desenvolvimento, principalmente em nossa região, o Centro-Oeste, no Norte e no Nordeste, e aos incentivos fiscais. O imposto sendo pago no destino muda tudo. Nosso estado tem poucos consu-



Vanderlan
Cardoso

Senador e presidente do PSD-GO

O Conselho Federativo

é um dos pontos mais polêmicos, principalmente para governadores e prefeitos, e a meu ver precisa passar por alteração porque está confuso e vai aumentar muito a burocracia.

midores, em torno de 7 milhões de consumidores. Somos um estado que produz e exporta muito. Temos que ficar atentos a isso e esse deve ser um ponto que aqui no Senado Federal nós vamos mexer. Já há alternativas, de parte do imposto ser pago na origem e parte no destino. Já melhora bem a situação.

Mas a ideia da reforma não

é simplificar? Regras diferenciadas para alguns estados ou cobranças divididas não vai manter essa complexidade do sistema tributário?

A Reforma Tributária vem realmente para simplificar, senão não tem por que fazer a reforma, mas vem também para que estados e municípios não percam. Porque se for para estados e municípios perderem também não há motivo para se fazer a Reforma Tributária. O problema está onde? Nos municípios, e eles perdem muito, segundo os estudos que estamos fazendo aqui, embora haja muita controvérsia com relação a esses estudos e ainda estamos validando os números. A Reforma Tributária não tem porque acontecer se aumentar a carga tributária, permanece dessa forma e do jeito que é hoje. Esse emaranhado de impostos que ninguém entende muito, cada estado tem o seu código tributário e é muito difícil entender, principalmente quem vem de fora para investir no nosso país. Se for para os estados em desenvolvimento, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, perderem, são dois terços da federação. De 20, 30 anos para cá, como é o caso de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, que esses estados

começaram a se desenvolver através dos incentivos fiscais. Depois do Norte e o Nordeste também entraram muito forte com os incentivos fiscais para alavancar suas economias. São estados que estão produzindo e exportando. Há pouco tempo, o Nordeste brasileiro era importador de energia; hoje é exportador. Mas tem muita distância ainda desses estados para os estados do Sul e do Sudeste. São Paulo é um estado que cresceu bastante, desenvolveu e tem quase 50 milhões de habitantes, aí vem o Rio de Janeiro, Minas Gerais, e o crescimento deles ao longo de décadas e décadas se deve também ao incentivo fiscal que foi dado nesses estados. Alíquotas diferenciadas quando São Paulo, por exemplo, vende para Goiás; aumenta 18% quando vende para dentro do estado e, quando vende para o nosso estado, é de 7%. Esse é o maior incentivo fiscal e vem há décadas e décadas antes do incentivo fiscal de Goiás. Temos que observar tudo isso e eu, como representante do estado de Goiás no Senado Federal, estou de olho em tudo que venha a prejudicar o nosso Estado, mas acima de tudo trabalhando junto com os estados do Norte e do Nordeste.

Há também a Taxa do Agro, que o governador Ronaldo Caiado está trabalhando para que seja permitida na reforma. Entre os governadores, Caiado está isolado em sua posição contrária à Reforma Tributária. Qual sua influência nesse debate que ocorre no Senado?

Não é só o governador Ronaldo Caiado, tem os governadores do Pará, de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul que também instituíram esses fundos em épocas diferentes. Mato Grosso foi o primeiro, há quase 20 anos, em um momento em que o estado estava em dificuldade realmente, sem estradas e com folha salarial atrasada. Goiás foi o último que criou o fundo, que passou a valer a partir deste ano. Não há consenso aqui no Senado Federal sobre esse ponto. Por isso que os governadores de estados que já têm o fundo criado e outros que querem criar estão tentando, junto a suas bancadas senadores, mostrar a importância desse fundo. Hoje eu não vejo consenso nesse ponto, tanto é que o governador Ronaldo Caiado tem percorrido o país inteiro, falando desses pontos e da importância que tem a Reforma Tributária para os estados, principalmente para Goiás. Daqui até a apresentação do relatório do senador Eduardo Braga muita coisa vai mudar, até mesmo o próprio relator já deu sinais de que vai mexer em muita coisa. O grupo de trabalho criado na Comissão de Assuntos Econômicos vai munido de muitas informações colhidas nas reuniões que os senadores estão fazendo nos seus estados e nos gabinetes e na própria comissão durante as audiências públicas. Já é a quarta audiência pública que realizamos na CAE, ouvindo muitas pessoas de diversos setores. Nós temos ainda três audiências até a previsão de apresentação do relatório, nas quais vamos ouvir de 15 a 20 pessoas e vamos apresentar para o relator mais informações sobre algumas áreas que porventura não tenha consenso hoje, mas que podem vir a colaborar em seu relatório final. São muitas as reclamações. Alguns setores estão satisfeitos com o texto aprovado, mas outros não.

Empresários do setor de serviços estão bem temerosos em relação ao impacto da reforma nos negócios. As mudanças afetam mais esse setor?

Para cerca de 92% do setor de serviços não vai mudar nada, porque são optantes pelo Simples e, no Simples, não vai mexer em nada. Muitas pessoas vêm conversar conosco, alguns

representantes de setores da área de serviços - dentro do setor há vários segmentos - e quando explicamos a eles que no faturamento do Simples não vai mexer, alguns ficam até surpresos. Mas o fato é que não vai ter mudança nenhuma para cerca de 92% das empresas. Qual é a dúvida? Qual o impacto que vai haver para os outros 8%? Não está claro. Vai haver um fator de redução da alíquota total, mas quanto será essa alíquota de redução? Não está definido ainda. Pode ser de 30%, 50% ou o máximo, de 60%. Estamos no momento de fazer contas, muita conta. É o que eu peço para o pessoal, quando tem reunião conosco. Estamos tentando esclarecer ao máximo, ou seja, esclarecer também aquilo que estamos tendo acesso e temos segurança para falar, porque tem muita coisa que não está claro e ninguém está entendendo ainda. Mas creio que até começo de outubro vamos estar com o relatório já bem adiantado. O Eduardo Braga é um senador bem entendido da área, já foi governador, é do diálogo, está se desdobrando para poder atender a todos. Difícil é, mas ele tem se desdobrado para atender o maior número de segmentos de setores que têm interesse na Reforma Tributária.

Quando o senhor assumiu a CAE disse que tinha dois propósitos na comissão: a Reforma Tributária e a redução de juros. O ritmo em que os juros vêm sendo reduzidos é o esperado?

Como empresário, eu poderia dizer que os juros poderiam estar a 1% ao ano. Essa é a vontade de todos. Mas quando analisamos outros números, principalmente os números externos, porque o que compõe essa cesta para dizer se os juros têm que baixar não é simplesmente a vontade dos políticos, dos governantes ou dos empresários. A análise do Banco Central é bem mais ampla e analisa se os juros baixarem mesmo, para valer, se a inflação pode retornar. Pode, sim. Nós já vimos esse filme antes, quando os juros foram reduzidos no momento inapropriado. Já pensou em 2022, ano eleitoral, se o Banco Central não tivesse essa autonomia, o que não tinha sido feito com juros e que, hoje, nós estaríamos pagando um preço muito alto, com inflação, com gastos exorbitantes. Isso gera aquela sensação: juros baixos, vamos gastar. E hoje a inflação não estaria no patamar que está. Eu acho que está baixando na hora certa e, a meu modo de ver e pelos números que temos analisado, vai continuar a cair. Eu espero que neste ano os juros cheguem a pelo

menos 10%, 10,5%. É a nossa esperança e eu sei que é difícil, mas acredito que possa chegar próximo disso. Tem mais três reuniões ainda e se baixar 1,5%, 0,5% em cada reunião, estamos falando em 11,75%. Mas sou um pouco mais otimista e quem sabe chegue a 10,5%, 11%. A economia e a inflação vão ditar os números e a inflação nos deu um susto, não era o esperado.

O senhor percebe no Congresso uma disputa entre a Câmara dos Deputados e o Senado por protagonismo, uma situação que vem sendo narrada com muita frequência nesta legislatura?

Eu não vejo isso não. O presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco, é do diálogo até demais; o presidente Arthur Lira, da mesma forma. Tem que haver um ponto de equilíbrio e isso está acontecendo, mas lógico, o presidente do Senado vai puxar um pouco para o Senado

Fotos: Divulgação



“Eu apoiei o presidente Bolsonaro em 2022 e ele não foi eleito. Não tem como eu apoiá-lo agora como presidente da República, ele não foi eleito. Eu tenho responsabilidade com o meu estado, com os municípios e com o nosso país.”

e o presidente da Câmara vai puxar um pouco para a Câmara. De vez em quando há alguns embates, mas isso desde que foi fundado o Congresso Nacional com Câmara e Senado sempre acontece e há algumas discussões mais acaloradas, depois acalma. Eu tenho 4 anos e meio no Senado e desde que cheguei é assim. Quando eu cheguei o presidente era Davi Alcolumbre e era a mesma discussão com o Rodrigo Maia e dali a pouco estavam se beijando e abraçando. O parlamento sempre vai ser assim, não vai ter refresco não, vai ter essas discussões.

O senhor apoiou a candidatura do ex-presidente Jair Bolsonaro na última eleição e hoje seu partido compõe o governo Lula, faz parte da base de apoio do governo. Como o seu eleitor compreende essa mudança de posicionamento?

O eleitor hoje é bem informado. Eu apoiei o presidente Bolsonaro em 2022 e ele não foi eleito. Não tem como eu apoiá-lo agora como presidente da República, ele não foi eleito. Eu tenho a minha responsabilidade com o meu estado, com os municípios e com o nosso país. Hoje eu sou presidente de uma comissão que, no momento, é a mais importante porque toda a economia está dentro dessa comissão, e não posso em hipótese alguma ser irresponsável de, na minha fala, dizer que eu sou contra porque sou contra. Tem pessoas que dizem que são oposição por ser oposição, não sabem nem dizer por que estão contra determinado projeto. “Sou contra porque sou contra”. Isso comigo nunca funcionou, eu não faço política olhando pelo retrovisor. As pautas positivas para o país e principalmente para o estado eu vou defender, como foi no governo passado, quando muitas das matérias eu não apoiei e fui bem claro no meu posicionamento. Meu partido tem três ministérios, ele é de centro, não tem extremismo e da mesma forma que está no governo Lula com três ministérios importantes também está no governo de São Paulo, com Tarcísio de Freitas. O presidente do PSD, Gilberto Kassab, é da equipe do Tarcísio. Não tem radicalismo nenhum. Meu posicionamento sempre vai ser de centro, não vou ser extremo hora nenhuma, nunca fui e não vai ser agora. Estou procurando resolver os problemas que me chegam do governo do estado, dos municípios, das entidades filantrópicas, tudo precisa do governo federal e muitas vezes do governo do estado. Eu não apoiei o governador Ronaldo Caiado, tivemos uma chapa em

que o Major Victor Hugo foi candidato a governador, mas hora nenhuma eu deixei de atender o governador Ronaldo Caiado, as reivindicações dele com relação ao governo do estado, tenho um bom entendimento com o governador e da mesma forma com Victor Hugo. Elegemos Wilder Moraes, que está ajudando muito o estado. Nosso trabalho é assim, eu não vou ficar em hipótese alguma virando as costas para os prefeitos, entidades filantrópicas e nem para o governo do estado, trabalhando contra o governo federal em matérias importantes para o estado e para o país.

O senhor aparece bem nas pesquisas de intenção de votos para eleição para prefeito de Goiânia, tem em torno de 25%, o mesmo percentual de votos que obteve no primeiro turno da eleição de 2020. De 2004 para cá, o senhor participou de praticamente todas as eleições. Esse recall eleitoral pode levá-lo a disputar novamente a prefeitura da capital?

É natural que eu tenha esses números nas pesquisas, porque já disputei várias eleições, inclusive duas eleições em Goiânia, uma com Iris Rezende Machado, saudoso Íris, fomos para o segundo turno, e a última, uma eleição mais traumática, fomos também para o segundo turno das eleições. É natural que meu nome apareça bem nas pesquisas. A chance de eu disputar é muito grande. Não vou dizer que não tenho vontade de ser prefeito da nossa capital. Qual o político no estado de Goiás que não tem essa vontade? Mas não quero ser candidato de mim mesmo, por isso que vou tomar uma decisão madura, logo no início do ano que entra, para ver se é o que o eleitor quer. Já disputei duas vezes e, no momento, tenho um espaço aqui no Senado Federal, que conquistei, e através deste espaço tenho tido a oportunidade de ajudar muito o estado, os municípios, as entidades filantrópicas, o trabalho com câncer que fazemos é muito grande. Eu só tenho que agradecer a população pelo reconhecimento, que é importante depois de tudo que passei. Eu fui muito bombardeado, principalmente na recondução do senador Rodrigo Pacheco. A extrema direita fez um trabalho contra nossa pessoa, deixando de lado tudo o que fizemos pelo estado de Goiás. Estar, segundo pesquisas, com uma das menores rejeições em Goiânia é muito importante para mim e sou muito grato ao eleitor goianense.

Leia mais no site

www.tribunadoplanalto.com.br

SINDICALISMO

Contribuição assistencial é válida, diz STF

Cobrança pode ser instituída por acordo ou convenção coletiva

Carla Borges

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais para todos os empregados de uma categoria, ainda que não sejam sindicalizados. No entanto, deve ser assegurado o direito de oposição. A decisão foi tomada na sessão virtual encerrada em na segunda-feira, 11. A decisão muda a jurisprudência da Corte adotada em 2017, quando o plenário havia julgado inconstitucional a cobrança da contribuição de trabalhadores não filiados a sindicatos.

Os ministros do STF mudaram o entendimento diante das consequências, para os sindicatos de trabalhadores, das mudanças feitas pela reforma trabalhista de 2017, realizada no governo de Michel Temer. Ela enfraqueceu os sindicatos ao retirar suas principais fontes de financiamento. A advogada trabalhista Carla Franco Zannini concorda com o entendimento do plenário do STF e explica que a decisão é sobre a contribuição assistencial e não a contribuição sindical, também chamada de "imposto sindical".

"A contribuição assistencial foi instituída para pagar os custos de negociação pelos sindicatos, tanto que, conforme a decisão do STF, só pode ser cobrada em casos previstos expressamente no acordo coletivo do sindicato com o empregador ou na convenção coletiva, quando a negociação se dá entre sindicatos (laboral e patronal)", esclarece a advogada. Já o antigo "imposto sindical", também extinto pela reforma trabalhista de 2017, destinava-se ao custeio de despesas dos sindicatos.

"A contribuição assistencial só pode ser cobrada se isso estiver escrito no acordo ou convenção e desde



Carla Zannini, advogada trabalhista: "Sindicatos são importantes"

que seja dado aos trabalhadores o direito de se opor à cobrança", ressalta Zannini. No entanto, ela destaca a importância dos sindicatos. "São os sindicatos que lutam, por exemplo, por plano de saúde, vale-alimentação e outros benefícios". Carla Zannini cita como exemplo a questão recente do piso para os profissionais de enfermagem. "Sem os sindicatos de enfermeiros, quem iria defender a categoria?", questiona.

A decisão ainda precisa ser modulada. Sobre a opção de não contribuir, como a decisão do STF não deixou claro de que forma o trabalhador deve se opor a eventual cobrança, Carla Zannini orienta quem não quer contribuir a enviar carta registrada ao sindicato, levando o comprovante ao departamento de recursos humanos da empresa onde trabalha.

REFORMA

A Lei 13.467/2017, que instituiu a reforma trabalhista, alterou a forma de custeio das atividades sindicais. A mudança legislativa alterou, entre outros, o artigo 578 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para extinguir a contribuição sindical obrigatória (ou "imposto sindical").

Segundo o relator, ministro Gilmar Mendes, o fim do imposto sindical afetou a principal fonte de custeio das instituições sindicais. Como resultado, os sindicatos se viram esvaziados, e os trabalhadores, por consequência, perderam acesso a essa instância de deliberação e negociação coletiva.

Tribuna Jurídica

CARLA BORGES
carlazenborges@gmail.com



Bloqueados bens de agentes de investimentos

A 5ª Câmara Cível do TJ-GO determinou o bloqueio de até R\$ 233 mil de dois irmãos que atuam no mercado financeiro como agentes e que não compensaram os investimentos previstos no contrato com um empresário de Santa Helena de Goiás. Segundo os autos, o autor da ação repassou R\$ 92,2 aos irmãos agentes de investimentos entre junho e outubro de 2022 com a promessa de receber rendimentos de 8% ao mês.

Contrato

A restituição de todos os valores aportados e dos rendimentos foi prevista em contrato assinado entre as partes. No entanto, os agentes não restituíram os valores e alegaram dificuldades financeiras. Antes de recorrer à Justiça, foi feito um pedido extrajudicial, mas a dupla ignorou.

Negativa

Em primeiro grau, o juízo da 2ª Vara Cível de Santa Helena de Goiás negou a liminar, sob o argumento de não haver comprovação da negativa em restituir os valores. O empresário recorreu. O relator do processo, desembargador Marcus da Costa Ferreira, destacou que mensagens de texto e áudio comprovaram que a dupla não repassou o percentual de rentabilidade previsto em contrato.

Retificação de edital da PM

O juiz André Rodrigues Nacagami, da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, condenou o Estado de Goiás à correção dos Editais n.º 002/2022 e 03/2022, publicados pela Secretaria de Estado da Administração, para que conste expressamente a reserva de vagas e a possibilidade de inscrição e concorrência de pessoas com deficiência.

Multas de R\$ 100 mil

O juiz determinou que seja feita a adaptação das provas, no prazo de 60 dias, sob pena de aplicação de multa diária de mil reais, limitada a quantia de cem mil reais. A ação civil pública proposta pelo MP-GO, que questionou os editais sobre o preenchimento de vagas para os cargos de Soldado de 2ª Classe (músico) e de Cadete 2º Tenente (médico/dentista/psicólogo) nos quadros da PM.



Escola Judicial

A desembargadora Alice Teles de Oliveira (foto) tomou posse como vice-presidente da Escola Judicial do TJ-GO (Ejug) na sexta-feira, 15. Ela substituiu o desembargador Edison Miguel da Silva Júnior, que optou por deixar o cargo em razão do exercício da presidência da 2ª câmara criminal. "Reconheço o valor e a responsabilidade do cargo e me comprometo a dar o melhor de mim para fortalecer ainda mais a EJUG", ressaltou a desembargadora.

Bombeiro transfere faculdade

Um bombeiro militar transferido de Itumbiara para Jataí garantiu na Justiça o direito de alterar o curso de Medicina de uma instituição particular para a Universidade Federal de Jataí (UFJ). Em sua defesa, o advogado Diêgo Vilela destacou que, devido à inexistência de instituição de ensino particular em Jataí, ele deve ser matriculado na instituição pública.

Matrícula

O juiz da Vara Federal Cível e Criminal de Jataí, Paulo Ernane Moreira Barros, deferiu a liminar para determinar que a UFJ realize a matrícula do servidor. "Negar a transferência de curso, à primeira vista, seria colocá-lo diante de um dilema, ter que escolher entre a garantia à educação ou ao trabalho", pontuou o juiz.



Terraplanismo faz parecer que no dia 8 de janeiro tivemos um domingo no parque",



Alexandre de Moraes, durante julgamento dos primeiros acusados de atos golpistas pelo STF

ELEIÇÕES 2024

Câmara aprova texto-base da minirreforma eleitoral

Texto será apreciado pelo Senado Federal, que pode fazer mudanças

Da Redação

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou na quinta-feira, 14, o texto-base da minirreforma eleitoral (PL 4438/23), que altera regras de prestação de contas, candidaturas femininas, federações partidárias e propaganda eleitoral, entre outros pontos. Foram 367 votos favoráveis e 86 contrários. Dos deputados de Goiás, apenas dois votaram contra.

A legalização das candidaturas coletivas para deputados e vereadores; e o transporte público gratuito obrigatório no dia das eleições são as principais inovações do texto. As novas regras precisam virar lei até o dia 6 de outubro para valer nas eleições municipais do ano que vem.

SOBRAS

O principal ponto de discussão em Plenário é a alteração da regra das sobras nas eleições de deputados e vereadores. O texto altera o cálculo das vagas que não são preenchidas a partir da relação entre os votos dos



Divulgação

Deputados aprovam minirreforma eleitoral: para valer nas próximas eleições, projeto precisa virar lei antes de 6 de outubro

SAIBA MAIS

Veja como votaram os deputados de Goiás

| | |
|------------------------------------|---------|
| Adriano do Baldy (PP-GO) | Sim |
| Daniel Agrobom (PL-GO) | Sim |
| Del. Adriana A. (PT-GO) | Sim |
| Dr.Zacharias Calil (União-GO) | Sim |
| Flávia Moraes (PDT-GO) | Ausente |
| Glaustin da Fokus (Podemos-GO) | Não |
| Gustavo Gayer (PL-GO) | Não |
| Ismael Alexandrino (PSD-GO) | Sim |
| Jeferson Rodrigues (Republican-GO) | Sim |
| José Nelto (PP-GO) | Sim |
| Lêda Borges (PSDB-GO) | Sim |
| Magda Mofatto (PL-GO) | Ausente |
| Márcio Correa (MDB-GO) | Sim |
| Marussa Boldrin (MDB-GO) | Sim |
| Professor Alcides (PL-GO) | Sim |
| Rubens Otoni (PT-GO) | Sim |
| Silvye Alves (União-GO) | Ausente |

partidos e o número de cadeiras (quociente eleitoral e quociente partidário).

A distribuição das sobras

será feita, inicialmente, apenas entre os partidos que atingiram o quociente eleitoral, o que privilegia os

SAIBA MAIS

Veja outros pontos da proposta de minirreforma eleitoral analisada pelo Plenário:

Candidaturas femininas

- Candidaturas-laranja de mulheres serão consideradas fraude e abuso de poder político;
- As cotas de gênero deverão ser cumpridas pela federação como um todo, e não por partido individualmente;
- O dinheiro reservado para campanhas femininas poderá custear despesas comuns com outros candidatos, inclusive propaganda;
- Regulamentação da distribuição do tempo de televisão para as mulheres e para pessoas negras;
- Estende para pré-candidatas e mulheres que realizam atividade política as proteções previstas na legislação sobre violência de gênero;
- Cria medidas protetivas para pré-candidatas, candidatas, titulares de mandato e mulheres com atuação política.

Contas partidárias e eleitorais

- Legaliza a doação por Pix, o uso de instituições de pagamento (máquinas de cartão de crédito e cobrança virtual) ou cooperativas de crédito e o financiamento coletivo por vaquinhas para doações de pessoas físicas;
- As doações de pessoas físicas serão limitadas a R\$ 2.855,97 ou até 10% dos rendimentos do ano anterior;
- Candidatos a vice ou suplente serão autorizados a usar recursos próprios nas campanhas majoritárias (presidente, governador, prefeito e senador);
- Autoriza o uso de recursos públicos para pagamento de despesas pessoais dos candidatos e para compra e aluguel de veículos, embarcações e aeronaves;
- Estabelece regras para a prestação de contas simplificada aplicada às eleições;
- Autoriza partidos a juntar documentos para comprovar a regularidade das contas partidárias e das campanhas;
- Recursos do Fundo Partidário poderão financiar a segurança de candidatos no período entre a convenção partidária e o segundo turno;
- O Fundo Partidário e o Fundo de Financiamento de Campanha são impenhoráveis e não podem ser objeto de bloqueio judicial ou penhora.

mais votados. Hoje, legendas com 80% do quociente podem eleger candidatos pelas sobras.

POSSÍVEIS ALTERAÇÕES

Os destaques a serem analisadostratam, além das

sobras, de fusão e incorporação de partidos; limitação à propaganda conjunta (dobradinhas de candidatos); número de candidatos de cada partido; candidaturas coletivas; e janela partidária, entre outros.

CÂMARA

Vereadores derrubam quatro vetos do prefeito Rogério Cruz

Câmara Municipal de Goiânia

O plenário da Câmara Municipal de Goiânia derrubou na quinta-feira, quatro vetos do Executivo a matérias aprovadas pelos vereadores.

O primeiro veto recaía sobre o Projeto de Lei Nº 289/2021, do vereador Leandro Sena (sem partido) proibindo profissionais de saúde e operadoras de Planos de Assistência ou Seguro Saúde de exigir o consentimento do cônjuge ou do companheiro para realizar ou autorizar procedimentos de inserção de Dispositivo Intrauterino (DIU) com método contraceptivo.

Segundo o vereador, planos de saúde têm exigido o

consentimento de maridos para autorizarem o procedimento de inserção do DIU quando a mulher é casada.

KIT MATERNIDADE

O segundo veto rejeitado pelo plenário é oriundo do projeto de lei nº 065/2021, de autoria do vereador Sandes Júnior (PP) que dispõe sobre o fornecimento de kit maternidade para gestantes em situação de vulnerabilidade no município de Goiânia.

CÂMERAS EM HOSPITAIS

Já o terceiro veto derrubado pelo plenário foi ao projeto de lei nº 443/2021, de autoria do vereador



Plenário da Câmara Municipal derrubou quatro vetos do prefeito Rogério Cruz

Thialu Guiotti (Avante), que obriga instalação de câmeras de vídeo nos corredores,

salas de atendimento de urgência, unidades de terapia intensiva e maternida-

de dos hospitais públicos e privados no município.

DOAÇÃO DE BENS

O último veto rejeitado foi ao Projeto de Lei Complementar nº 003/2023, de autoria dos vereadores Geverson Abel (sem partido) e Henrique Alves (MDB), que muda de cinco para três anos o período de funcionamento das entidades declaradas de utilidade pública aptas a receberem doações de bens municipais.

As matérias seguem agora para sanção da presidência da Casa e publicação no Diário Oficial do Município, tornando-se leis.

IMPOSTOS

Caiado contesta Reforma Tributária no Senado

Cristiano Borges

Durante audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos, governador disse que PEC inverte eixo de desenvolvimento no país ao favorecer Sul e Sudeste



Governador Ronaldo Caiado é ouvido durante audiência pública no Senado Federal

Da Redação

Convidado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal a participar de audiência pública sobre a Reforma Tributária nesta quarta-feira, 13, o governador Ronaldo Caiado alertou que a atual Proposta de Emenda à Constituição (PEC 45/2019) gera enormes prejuízos para estados e municípios. “Não podemos fatar matéria de tamanha abrangência para atender alguns setores. Temos de ter uma visão de país, de desenvolvimento regional”, frisou o chefe do Executivo goiano.

O governador apresentou dados do Instituto Mauro Borges (IMB) que mostram que os setores que mais geram empregos no país, como educação, serviços, comércio, transportes, entre outros — responsáveis por 73% dos postos de trabalho na iniciativa privada — serão os mais afetados com a nova carga tributária. Com reajustes de 90%, 84%, 75% e 69%, respectivamente. “Isso não é achismo, é cálculo. É dado, com base no que foi aprovado [na Câmara dos Deputados]”, justificou.

As falas de Caiado foram corroboradas pelos oradores seguintes que mostraram

preocupação com a PEC. “Precisamos ser cautelosos”, afirmou Lúcio Bastos, representante do Instituto InvestBrasil, ao citar indefinições no atual texto sobre alíquotas, regras do período de transição e a ausência de sistemática para evitar aumento da carga tributária. Já o conselho federativo foi criticado por Gilberto Pereira, presidente da Associação Nacional dos Auditores

Fiscais da Receita Federal. “Vemos isso como um quarto poder, podendo criar lei, retirando poderes dos Estados. É um perigo contra o pacto federativo e a autonomia dos entes”, acrescentou.

“O modelo que queremos não pode ser pensado como um Cavalo de Troia, que traga embutido aumento de carga e em determinado ponto uma limitação dos entes federativos conforme trazido

pelo Caiado”, considerou o senador Efraim Moraes Filho (PB). “Sou contra a reforma tributária, não tenho dúvida em falar isso”, destacou o senador Wilder Moraes.

Presidente da CAE, o senador Vanderlan Cardoso disse que a reforma é necessária, mas que vários pontos da proposta geram preocupação e precisam de mudança. “O intuito, ao criar o grupo de trabalho, não é afrontar ninguém, mas temos de debater. Confesso que a cada audiência que fazemos, ficamos mais preocupados. Precisamos debater e procurar soluções”, afirmou o parlamentar.

No início de julho, a Câmara dos Deputados aprovou a PEC 45/2019, que agora está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. A votação do parecer é esperada para o dia 4 de outubro, para posteriormente ser apreciada no plenário da Casa.

TRANSPORTE

Terminal de Integração Hailé Pinheiro é inaugurado em Goiânia

Jackson Rodrigues

Dhayane Marques

Goiânia celebrou um marco significativo em sua história de transporte público com a inauguração do Terminal de Integração Hailé Pinheiro na manhã desta sexta-feira. Esse terminal é um componente essencial do sistema BRT Norte-Sul. O evento, que contou com a presença do prefeito Rogério Cruz e de outras autoridades do poder público, simboliza o início de uma nova era na mobilidade urbana da capital goiana.

Estrategicamente situado na intersecção da Avenida Goiás Norte com a Perimetral Norte, o Terminal de Integração Hailé Pinheiro, que é o último a ser entregue, promete uma revolução no transporte público de Goiânia. A partir do sábado, 16, os cidadãos tiveram acesso a um sistema de transporte moderno, eficiente e integrado que abrange toda a cidade.

O sistema BRT Norte-Sul, que se estende desde o Terminal Veiga Jardim, em Aparecida, até o Parque



Conclusão do BRT Norte-Sul, cerca de 62 veículos com ar-condicionado e portas em ambos os lados devem operar nas 121 linhas

Atheneu, conectará Goiânia de ponta a ponta, passando por terminais cruciais, como Cruzeiro, Isidória, Paulo Garcia, Hailé Pinheiro e Recanto do Bosque. No Centro da capital, ele se conectará ao Eixo Anhanguera, tornando-se um ponto crucial na rede de transporte público.

Com a conclusão do BRT Norte-Sul, serão conectadas 121 linhas operadas por uma média de 62 veículos equipados com ar-condicionado e

portas dos dois lados. O corredor de 29,6 km, que inclui sete terminais e 36 estações, promete uma velocidade média entre 22 e 26 km/h, resultando em ganhos significativos de tempo de viagem, podendo chegar a até 40%.

O prefeito Rogério Cruz enfatizou a importância do projeto: “O BRT Norte-Sul vai beneficiar cerca de 150 mil passageiros que trafegam entre diversos pontos da capital, o que se traduz em

avanços na mobilidade, estímulo ao comércio e economia, além de acessibilidade. Esse projeto vai melhorar a mobilidade de Goiânia, o trânsito e a qualidade de vida das pessoas.”

Com a inauguração do Terminal Hailé Pinheiro, o sistema BRT Norte-Sul se aproxima de sua conclusão, que contará com 121 linhas conectadas, 36 estações e uma velocidade média entre 22 e 26 km/h, resultando em uma redução considerável no tempo de viagem. A expectativa do prefeito Rogério Cruz é de concluir o projeto até o final de 2023.

BENEFÍCIO PARA O CIDADÃO

Fábio Sousa Chaves, representante do Setor Urias Magalhães em Goiânia, expressou o entusiasmo da população local com a perspectiva do Terminal de Integração Hailé Pinheiro melhorar o transporte público. A conclusão iminente do terminal e do BRT Norte-Sul sinaliza uma era de transporte público mais eficaz e aces-

sível em Goiânia, impulsionando a mobilidade urbana na cidade.

Daniel Vilela, vice-governador, reiterou a determinação de finalizar o projeto até o fim do ano. Além disso, Tarcísio Abreu, presidente da CMTC, enfatizou como o BRT pode estimular o uso do transporte público em detrimento do individual, alinhando-se ao conceito de cidades inteligentes.

INVESTIMENTOS

O Terminal Hailé Pinheiro se une aos já entregues Terminal Isidória, em julho de 2022, com investimento de R\$ 19,5 milhões, e ao Terminal Paulo Garcia, em abril deste ano. Esses investimentos fortalecem a infraestrutura de transporte público em Goiânia e proporcionam mais opções de mobilidade para os cidadãos. “Com a entrega deste projeto, reafirmamos nosso compromisso com o progresso da cidade e a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes”, conclui o prefeito Rogério.

PARALISAÇÃO

Prefeitos se mobilizam por autonomia financeira

Aumento de despesas e queda de receitas preocupam os municípios

Da Redação

Em meio à crise financeira agravada pelo aumento de despesas e queda de receitas, autoridades do Estado de Goiás se reuniram na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) para o Dia Estadual de Protestos pela Autonomia Financeira dos Municípios. O evento, organizado pela Federação Goiana de Municípios (FGM) e a Associação Goiana de Municípios (AGM), contou com a presença de cerca de 215 prefeitos, além de vereadores, deputados federais e estaduais e do governador



Carlos Costa

Mais de 200 prefeitos se reúnem na Assembleia Legislativa de Goiás em prol da autonomia financeira dos municípios

Ronaldo Caiado.

Durante o encontro, foram discutidas várias questões que contribuem para a crise financeira atual. Entre elas, o desequilíbrio entre receitas e despesas, atrasos nos repasses

de recursos da União e do estado, defasagem dos programas federais e encargos destinados aos municípios sem previsões orçamentárias. A queda na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias

e Serviços (ICMS), reajustes concedidos em função dos pisos salariais do magistério, o crescimento do salário mínimo acima da inflação e a aprovação do piso nacional da enfermagem sem previsão orçamentária também foram destacados.

Os prefeitos estão operando no vermelho, com alguns já começando a demitir, cortar gratificações, cancelar eventos e diminuir o serviço público ofertado à população. Um dos objetivos dos protestos foi solicitar um auxílio financeiro emergencial ao governo do estado, além de reivindicar o aumento da participação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), redução da alíquota patronal do INSS para os municípios menores, atualização dos programas federais defasados e ampliação da Reforma da Previdência para os municípios.

TELEFONIA

Anápolis é reconhecida por avanços na tecnologia 5G

Anápolis continua a se destacar como referência em tecnologia e desenvolvimento entre os municípios brasileiros. Na quarta-feira, 13, a cidade foi premiada em Brasília por seu alto desempenho na implementação da internet 5G. Segundo o ranking da Conexis Brasil Digital, uma entidade que representa empresas de telecomunicações e conectividade, Anápolis se consolidou como a cidade com o maior avanço de posições na região Centro-Oeste.

No ranking geral da pesquisa "Cidades Amigas do 5G", participaram 201 cidades brasileiras. Seis municípios do estado de Goiás estão presentes nesta lista: Valparaíso de Goiás (51º), Anápolis (59º), Águas Lindas de Goiás (111º), Luziânia (152º), Rio Verde (154º) e Aparecida de Goiânia (190º). Embora Valparaíso esteja à frente de Anápolis no ranking, esta é a primeira vez que a cidade aparece na pesquisa.

Sabe como era um semáforo na década de 1960?

Sim, exatamente como nos dias de hoje.

A sinalização de trânsito não mudou. E respeitá-la também continua sendo um dever de todos.

As placas, semáforos e faixas existem para a segurança de condutores e pedestres. O desrespeito aos sinais é uma das principais causas de infrações e mortes no trânsito. Siga na direção certa para evitar multas e, principalmente, acidentes.

SINAIS SÃO ALERTAS. Respeite a sinalização.

No trânsito, escolha a vida.

SEMANA NACIONAL TRÂNSITO

DETRAN GOIÁS

GOIÁS
O ESTADO QUE SE ADAPTA

EXPEDIÇÃO RIO MEIA PONTE

2ª ETAPA

DE 19 A 22 DE SETEMBRO

A SUA VOZ FOI OUVIDA.
AGORA CONTAMOS COM
A SUA PARTICIPAÇÃO PARA
DEFENDER O MEIA PONTE.

Nessa nova etapa, vamos coletar dados sobre a água, o solo, a fauna e a flora. Também vamos fazer limpeza para retirar resíduos do rio e de suas margens. Além disso, vamos promover ações de educação ambiental para mostrar na prática como a poluição do Rio Meia Ponte afeta a vida de todos nós.

**VISITE AS ESTAÇÕES AMBIENTAIS
E PARTICIPE DESSA LUTA PARA
SALVAR O RIO.**

ABRACE 
O MEIA PONTE



ESTAÇÃO AMBIENTAL VILA RORIZ - DAS 8H ÀS 17H

Rua UM 14, Qd. 7 A, Lt.29.

Palestras, jogos educativos, oficina de localização geográfica com drone, reconhecimento das margens do rio de perto e realização de testes sobre a qualidade da água e do solo.



ESTAÇÃO AMBIENTAL VILA MONTICELLI - DAS 8H ÀS 17H

Av. Perimetral, nº 101, Qd. 701, Lt. 01.

Palestras, jogos educativos, circuito ambiental guiado por técnicos para conhecer as margens do rio e a intervenção humana de perto e realização de testes sobre a qualidade da água e do solo.



Veja a
programação
completa
no site.

Realização:



**CÂMARA
MUNICIPAL DE
GOIÂNIA**

ESCOLA

EDUCAÇÃO BÁSICA

Investimento por aluno no Brasil é o terceiro pior entre 42 países, segundo a OCDE

Divulgação



Brasil ocupa a terceira pior posição em investimento por aluno entre 42 países avaliados

Na contramão, Goiás supera média nacional com investimentos de R\$ 1,7 bilhão na educação básica

Dhayane Marques

Goiás tem investido fortemente na educação básica, com um total de R\$ 1,35 bilhão de 2019 a junho de 2021, e alcançando a marca histórica de R\$ 1,7 bilhão de investimentos no setor educacional até setembro de 2021. Esses investimentos foram aplicados em todos os 246 municípios goianos, com ênfase na reforma de unidades de ensino, uniforme e material escolar gratuitos para alunos da rede estadual, segurança alimentar e inovação.

No entanto, um relatório

recente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) revelou que o Brasil tem o terceiro pior nível de investimento por aluno entre os 42 países avaliados. O país investe o equivalente a US\$ 2.981 por aluno, bem abaixo da média da OCDE, que é de

US\$ 10.510 por aluno.

Apesar da situação desafiadora no cenário nacional, Goiás tem se destacado com seus investimentos em educação. O estado detém o maior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), na avaliação do ensino médio, com nota 4,8 e foi

o único no Brasil a cumprir a meta individual estipulada para 2019.

O governador Ronaldo Caiado afirmou que a ampliação de verbas para o setor "é resultado de uma gestão eficiente e que tem responsabilidade para com o dinheiro público". Ele também expressou seu desejo de que os alunos da rede estadual de Goiás tenham condições isonômicas de estudo e novas oportunidades.

Os dados do relatório da OCDE referem-se ao ano de 2020 e mostram que o Brasil reduziu em 10,5% o gasto público em educação entre 2019 e 2020. No entanto, Goiás tem seguido um caminho diferente, aumentando progressivamente seus investimentos em educação nos últimos anos.

Embora ainda haja muito trabalho a ser feito para melhorar a educação no Brasil como um todo, os esforços e investimentos significativos feitos por Goiás são um passo positivo na direção certa.

REDAÇÃO

Correios premiam vencedora estadual do Concurso de Cartas em Goiás

A estudante Sarah Cordeiro Guimarães, de 11 anos, e a escola Sol Nascente, de Piracanjuba, foram premiadas na etapa estadual do 52º Concurso Internacional de Redação de Cartas, promovido pelos Correios.

A cerimônia de premiação ocorrerá na escola vencedora, com a presença do superintendente estadual dos Correios, Henrique Almeida.

O concurso é uma iniciativa anual da União Postal Universal (UPU), sediada em Berna, na Suíça. O objetivo é melhorar a alfabetização de jovens através da redação de cartas, incentivando a expressão da criatividade e o aprimoramento dos conhecimentos linguísticos de crianças e adolescentes.

O tema desta edição foi "Imagine que você é um

super-herói e sua missão é tornar todas as estradas do mundo mais seguras para as crianças. Escreva uma carta para alguém explicando quais superpoderes você precisaria para cumprir sua missão".

A vencedora nacional da 52ª edição do Concurso Internacional de Redação de Cartas é Edinayana Costa Sarmiento, de Monte Alegre (PA), aluna de 15

anos do Colégio Estadual de Ensino Médio Presidente Fernando Henrique.

A estudante e a escola vencedora receberão premiações no valor de R\$ 10 mil e R\$ 10,5 mil, respectivamente. Edinayana Costa receberá também um troféu, um certificado e uma viagem para participar da cerimônia oficial de premiação, que ocorrerá no Correios Sede, em Brasília (DF).

FINANCIAMENTO

MEC quer retomar oferta de vagas não preenchidas no Fies

O Ministério da Educação (MEC) anunciou que ofertará as vagas não preenchidas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) ainda este ano. A medida é parte de uma série de mudanças em discussão pelo MEC, que busca

retomar o caráter social do programa. O anúncio foi feito por Alexandre Fonseca, diretor de Políticas e Programas de Educação Superior do MEC, durante um seminário promovido pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino

Superior (Abmes).

Fonseca destacou que o Fies precisa ser pensado em conjunto com outras políticas do MEC de acesso ao ensino superior, como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e o Programa Universidade para Todos

(ProUni). Ele também mencionou que o MEC está trabalhando para abrir o Fies em setembro ou, no mais tardar, no início de outubro. A nova chamada será destinada a alunos já matriculados em instituições de ensino superior.

DIPLOMA

MEC discute taxa de aprovação do Revalida e supervisão do Programa Mais Médicos

O Ministério da Educação (MEC) participou de uma audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados para discutir a taxa de aprovação do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida) em 2022. O MEC foi representado por Francisco de Assis Rocha Neves, coordenador-geral de Expansão e Gestão da Educação em Saúde, e Ulysses Teixeira, diretor de Avaliação da Educação Superior do Inep. A audiência foi solicitada pelo deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), que mencionou que os participantes do Revalida afirmam que as provas do exame são "feitas para reprovar".

Francisco Neves explicou que o MEC entende a complexidade do Revalida e está trabalhando para aprimorar o método de avaliação. Ele também esclareceu que os médicos que atenderão pelo Programa Mais Médicos sem ter feito o Revalida passarão por uma capacitação prévia e serão supervisionados por dois anos. "São designados um supervisor do MEC a cada grupo de 10 médicos, e um tutor acadêmico a cada grupo de 10 supervisores. Isso traz a perspectiva de melhorar muito o desempenho desses médicos nas regiões que vão atender", disse Francisco.



Dhayane Marques dhayanemarques@hotmail.com

Abates

A defesa agropecuária em Goiás contribuiu para o crescimento dos abates de bovinos e aves. No segundo trimestre de 2023, Goiás registrou um aumento de 23,6% no abate de bovinos em relação ao primeiro trimestre do mesmo ano. O número de aves abatidas também atingiu um recorde para o segundo trimestre, com um aumento de 14,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Recordes

A Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa) desempenha um papel crucial na obtenção desses números recordes. A agência desenvolve ações de educação sanitária, controle e erradicação de doenças, monitoramento, vigilância, apoio técnico e inspeção para garantir a saúde e o bem-estar dos animais. Isso resulta na qualidade do produto goiano e no crescimento do mercado.



Crescimento

A venda de cerveja zero álcool no Brasil deve ter alta de 24% em 2023, chegando a um volume de 480 milhões de litros. Essa tendência é reflexo de uma mudança significativa no comportamento dos consumidores brasileiros, que têm demonstrado um aumento no consumo de "cervejas 0% álcool". Segundo a Euromonitor International, o consumo da bebida sem álcool cresceu 37% em 2022, superando a marca de 390 milhões de litros.

Revolution

A Yellot, em parceria com a SolarEdge, traz ao Centro-Oeste a revolucionária tecnologia Smart Energy. Este projeto de energia solar inteligente promete otimizar o rendimento e o consumo de energia, podendo reduzir em até 95% a conta de luz. Além disso, o sistema permite o armazenamento de energia e pode ser integrado à recarga para veículos elétricos, representando um grande avanço na gestão de energia residencial.

Comércio Exterior

A Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de Goiás (Acieg) inaugurou um escritório da Câmara de Comércio Exterior (Comex). O objetivo é aumentar o fluxo de negócios locais e promover a geração de emprego e renda no Estado. A sala da Comex da Acieg será nomeada em memória de Sandro Waldeck Félix de Sousa, advogado internacionalista e diretor de Comércio Exterior da Acieg, que faleceu em 2021.



Inadimplência em Goiânia aumenta: bancos lideram dívidas

O número de inadimplentes em Goiânia aumentou 0,67% em agosto, de acordo com um levantamento mensal do SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito) com o apoio da CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) Goiânia. Este aumento é inferior ao da região Centro-Oeste (3,44%) e à média nacional (7,17%). A faixa etária com maior participação foi a de 30 a 39 anos (26,46%), seguida pelos de 40 a 49 anos (22,66%). Os homens continuam devendo mais, com 50,67%, contra o indicador de 49,33% das mulheres.

Em agosto, cada consumidor inadimplente de Goiânia tinha, em média, 2,159 dívidas em atraso. O setor com maior participação no número de dívidas na capital foi o de Bancos, com 64,37%. Cada consumidor goianiense negativado devia em agosto, em média, R\$ 4.739,68. O tempo médio de atraso dos devedores é igual a 27,2 meses, sendo que 36,05% estão inadimplentes entre 1 e 3 anos. O número de dívidas em atraso dos negativados cresceu 8,57% em agosto de 2023.

Evolução do número de dívidas

O número de dívidas em atraso dos negativados cresceu 8,57% em agosto de 2023, em relação ao mesmo mês do ano passado. O dado ficou abaixo da média da região Centro Oeste (10,46%) e também abaixo da média nacional (14,75%). Na passagem de julho para agosto, o número de débitos dos goianienses cresceu 1,80%.

No estado

Em julho, foram registradas 563.436 empresas inadimplentes na região Centro-Oeste, segundo o Indicador de Inadimplência das Empresas da Serasa Experian. Goiás foi a Unidade Federativa (UF) com o maior número de registros (221.276).

Nacional

Na análise nacional, foram registradas 6,55 milhões de empresas inadimplentes no Brasil, um aumento de 33 mil companhias em relação a junho de 2023, mês em que também havia sido registrado recorde da série histórica do Indicador de Inadimplência das Empresas da Serasa Experian.

Fidelidade

O Panorama de Fidelização no Brasil 2023 revelou que empresas com programas de fidelização estruturados têm seis vezes mais interações com seus consumidores. Cerca de 80,9% dos entrevistados participam de programas de fidelidade, e 53,6% fazem parte de até três programas. As ações de fidelização mais populares incluem cashback, cupons de desconto e acumulação de pontos. A maioria dos respondentes (83,2%) concorda que esses programas melhoram sua experiência de compra. Além disso, 82,7% valorizam o reconhecimento da marca.

Reabertura

A Caixa Econômica Federal reabriu a linha Microcrédito Caixa Repasse, destinando R\$ 300 milhões até dezembro ao programa. Cerca de 160 mil empreendedores terão acesso a crédito barato com orientação técnica no segundo semestre. Os empréstimos terão juros a partir de 0,69% ao mês, com o valor final da taxa dependendo da viabilidade do projeto.

Viabilidade

Diferentemente do SIM Digital, o MPO concede empréstimos mediante análise da viabilidade do projeto. Voltado à ampliação da capacidade produtiva, esse tipo de crédito pode financiar a melhora do fluxo de caixa (capital de giro). O MPO também pode ser usado para a compra de equipamentos, móveis, ferramentas e demais itens necessários ao funcionamento da atividade econômica.

Sindicalização

Em 2022, 9,2% das 99,6 milhões de pessoas ocupadas no Brasil eram sindicalizadas, totalizando 9,1 milhões de pessoas. Esse é o menor número desde o início da série em 2012. A sindicalização entre as mulheres (9,3%) superou a dos homens (9,1%). Todas as grandes regiões tiveram redução na taxa de sindicalização em 2022. A maior taxa de sindicalização foi na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (16,5%).